

- 1. Plano Real – 2019: 25 Anos**
- 2. Programa de Aceleração do Crescimento-PAC**
- 3. Ciclo do Planejamento no Brasil – 1ª fase: 1939 a 1984**
- 4. Ciclo do Planejamento no Brasil – 2ª fase: após 1986**
- 5. Considerações Adicionais Sobre Planos de Governo no Brasil**
- 6. Outros Temas Pontuais Sobre Planos no Brasil**
- 7. Desempenho da Inflação e do PIB no Brasil: 1945 a 2018.**
- 8. As moedas no Brasil**

PLANO REAL: 25 anos

O Plano Real foi implementado em 1994. Esteve vigente em todo o período do governo FHC, mas também no período seguinte, do governo Lula, período 2003 a 2006. Neste período, não houve elaboração e implementação de nenhum novo plano específico do novo governo federal. Foi também uma forma do governo Lula manter as prioridades vigentes do governo FHC, importantes para obter apoio de diversos segmentos da sociedade desde o respectivo início do seu mandato.

O Plano Real foi um plano de governo que obteve sucesso em relação aos objetivos estabelecidos. Foi um Plano focado no combate a inflação, um problema então histórico na economia brasileira, com múltiplos efeitos colaterais negativos. O Plano Real apresentava como instrumentos principais de política econômica, opções importantes como:

- a) novo padrão monetário;
- b) elevação de juros;
- c) valorização cambial da moeda brasileira;
- d) adiamento dos investimentos governamentais;
- e) contenção de outras despesas públicas em geral,
- f) abertura comercial com o objetivo de gerar um choque sobre a estrutura produtiva interna especialmente da Indústria, visando superar defasagens históricas de protecionismos, competitividade e atraso tecnológico.

O Plano Real também se destacou pela extensão de sua duração. Foi implementado em 1994 (Medida Provisória n.º 434 de 27.02.1994), no Governo Itamar Franco, e esteve em vigência nos dois mandatos do governo F. H. Cardoso (1995-1998 e 1999-2002). Os instrumentos principais de política econômica permaneceram durante sua vigência, considerando sua importância no combate à taxa de inflação: taxas de juros elevadas, valorização cambial, redução da dívida externa, contenção de gastos públicos, e abertura da economia.

As providencias e resultados do Plano Real criaram efeitos colaterais, principalmente a curto prazo, como: queda do emprego, dificuldade para setores produtivos concorrerem com bens importados de baixo custo na sequencia da abertura da economia e valorização do Real- R\$, tendo como exemplos imediatos o caso da indústria têxtil brasileira em relação a importação de tecidos e vestuário da China, ou o do leite industrializado e seus derivados produzidos na Argentina e Uruguai.

Por outro lado, efeitos positivos também ocorreram via Plano Real, podendo ser destacados: a valorização cambial da moeda brasileira permitiu ao sistema de produção importar máquinas, equipamentos e bens de capital modernos, que facilitaram a melhoria da competitividade da indústria nacional e a capacidade de produção, em diversos segmentos, reduzindo o distanciamento dos padrões de qualidade vigentes dos produtos nacionais em relação aos países desenvolvidos. A abertura da economia pressionou a estrutura produtiva interna a melhorar a qualidade do produto brasileiro, reduzindo gradativamente os hiatos de desigualdade em relação ao mercado mundial, numa economia cada vez mais aberta e globalizada.

As maneiras rígidas como as políticas econômicas delineadas pelo Plano Real foram implementadas mais o conseqüente acompanhamento com as adequações providenciadas pelas autoridades responsáveis, permitiram viabilizar uma grande conquista do Plano Real, que foi extinguir e derrubar o processo inflacionário brasileiro, uma herança histórica então altamente nociva à economia brasileira.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO -
PAC: 2007/2010- Governo - Lula - 2.º mandato

A partir de 2007, início do 2.º Governo Lula, foi implementado o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Foi, de maneira predominante, muito mais um programa de obras. Não pode ser caracterizado como um plano de governo. Correspondeu à agregação de diversos projetos até então isolados, existentes nas diferentes áreas de atuação do governo federal e respectivos Ministérios.

O Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, recebeu este nome no início do 2.º período do governo Lula, em 2007, ao verificar-se, novamente, que o governo não dispunha de um plano para o período seguinte de gestão. Começou a ser concretizado em setembro de 2007, principalmente nas áreas de energia e transporte (rodoviário e ferroviário), itens mais importantes da infraestrutura, atraindo elevados recursos do exterior. No período 2007-2010, foram programados investimentos na produção de: petróleo e gás, mineração, indústria de cimento, siderurgia, indústria automobilística, petroquímica, papel e celulose, máquinas e equipamentos, e outras.

No seu conteúdo, prevaleceram os investimentos privados, apesar de grande parte dos recursos ligados ao PAC terem origem ou financiamento via órgãos públicos como: Petrobrás, BNDES e outras entidades estatais.



CICLO DO PLANEJAMENTO NO BRASIL – 1.ª Fase: 1939/1984

SÍNTESE

	PLANO	GOVERNO	INÍCIO	PREVISÃO	VIGÊNCIA
1	Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional - Missão Taub/1942	Vargas	D.L. 58 (19.01.19 39)	1943	1939-43
2	Plano de Obras e Equipamentos- POE Missão Cooke, 1943	Vargas	D.L. 6144 29.12.1943	12/ 1946	1944/46
3	Plano SALTE Missão Abbink- 1948 (*)	Dutra / Vargas	Lei 1102 18.05.1950	1954	1950/54
4	Plano de METAS (*)	Juscelino	1956	1961	1956/60
5	Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (*)	João Goulart	1962	1965	1963
6	Programa de Ação Econômica do Governo - PAEG	Castelo Branco	08/1964	1966	1964/66
7	Plano Decenal	Costa e Silva	1967	1976	-----
8	Plano Estratégico de Desenvolvimento - PED	Costa e Silva	1968	1970	1968/70
9	Metas e Bases Para a Ação do Governo	Médici	09/1970	1972 (**)	1970/71
10	I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico I PND	Médici	Lei 5727 04.11.71	1974	1972/74
11	II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico II PND	Geisel	Lei 6151 04.12.74	1979	1975/79
12	III Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (III PND)	Figueiredo	12/1979	1985	1980/84

(*) Período com planos elaborados por governos eleitos pelo voto direto.

(**) Alguns textos mencionam a previsão de duração deste Plano como sendo 1974



CICLO DO PLANEJAMENTO NO BRASIL – 2.ª Fase: Após 1986

(*) Elaborados por governos eleitos pelo voto direto.

	PLANO	GOVERNO	INÍCIO	PREVISÃO	VIGÊNCIA
13	I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República- I PND Nova República /João Sayad	J. Sarney	11.09.1985		1987-89
14	Plano Cruzado I (§) M. Fazenda: Dílson Funaro;	J. Sarney (**)	DL 2283: 28.02.1986 DL 2284: 10.03.1986		11/1986
15	Plano de Metas (Dilson Funaro / João Sayad)	J. Sarney	1986		-----
16	Programa de Ação Governamental-PAG M. Faz : Bresser Pereira; M. Planjto.: Aníbal Teixeira	J. Sarney	1987	1991	-----
17	Programa de Financiamento do Desenvolvimento Econômico- 1987/1991 (M. Planjto.: Aníbal Teixeira)	J. Sarney	1987	1991	1987-89
18	Plano Cruzado II (D. Funaro) (§)	J. Sarney	11/1986		06/1987
19	Plano de Consistência Macroeconômica (§) / Plano Bresser	J. Sarney	DL 2335: 12.06.1987 e DL 2336: 15.06.1987	1991	1987-1988
20	Plano Verão (§) (Plano Mailson)	J. Sarney	MP 32: 15.01.1989 e Lei 7730: 31.01.1989	1990	1989
21	Plano Collor I (*§) (Ministra Zélia Cardoso)	F. Collor	MP 168: 15.03. 1990 Lei 8024: 12.04.1990	1994	1990-91
22	Plano Collor II (*§) (Ministro Marcílio Marques Moreira)	F. Collor	1991	1994	1991-92
23	Plano Real - Min. Fazenda(92-94): Gustavo Krause / Paulo Haddad/ Eliseu Rezende/ FH Cardoso/ R. Ricúpero / Ciro Gomes (*§)	Itamar Franco	MP 434: 27.02.1994 Lei 8880: 27.05.1994	1994	1994
24	Plano Real (cont.) Min. Fazenda: Pedro M. M. Plan.: José Serra, A. Kadir, Paulo Paiva	F.H. Cardoso	1995	1998	1998
25	Plano Real (cont.) (*§) Min. Fazenda: P. Malan	F.H. Cardoso (reeleito)	1999	2002	2002
26	Plano Real 1.º gov. Lula: Dá seqüência ao Plano Real	Lula da Silva	2003		2006
27 (*)	Plano Real Governo mantém princípios do Real e inicia alterações	Lula da Silva (reeleito)	2007	2010	
28	Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (alguns itens do PAC continuam após 2011-Governo Dilma)	Lula da Silva	2007	2010	2010

(**) José Sarney assumiu em 21 de abril de 1985, devido morte do Eleito Presidente Tancredo Neves.

(§) Planos mais importantes 1986-2002.

CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS SOBRE PLANOS DE GOVERNO NO BRASIL

1. Uma constatação que se tornou bem evidente em relação ao planejamento no Brasil no período do governo militar, período 1964 a 1984, foi à crença de que a existência do planejamento, por si só, seria suficiente para possibilitar a solução dos problemas da economia brasileira.

2. A forma como foram divulgados a maioria dos planos do regime militar (período 1964 a 1984), permitiu a muitos segmentos da sociedade, passarem a , entender que a partir dali, as insuficiências brasileiras seriam todas resolvidas e as questões nacionais, objeto do plano, estariam solucionadas. O plano seria o limite.

3. Na realidade, o processo de planejamento: discussão de prioridades, elaboração, implementação e correções deve ser visto como parte do problema, contendo uma avaliação de questões a serem resolvidas, um conjunto de intenções e metas a serem viabilizadas. Deve ser visto como uma equação em busca de solução. Uma solução que só poderia ser atingida e viabilizada a partir da implementação de políticas públicas e políticas econômicas eficientes. Não raro, caberia ao governo elaborar um plano alternativo, para enfrentar instabilidades e deficiências imprevistas.

4. Os planos de governo do período 1964-1984 refletiam uma ausência de debates entre governo e diferentes grupos de pressão: entidades de classe, partidos políticos e outras entidades. Predominava a impossibilidade de questionamentos quanto ao conteúdo ou prioridades, além da reduzida participação do Congresso Nacional na elaboração dos planos.

5. O III PND (1979-85, Governo Figueiredo), quando especialmente comparado com o I PND (Governo Médici e o II PND (Governo Geisel), apresentou um percentual maior de desvios e insuficiências. Mais ainda, cabe considerar os movimentos surgidos na segunda metade do III PND (com duração de março de 1979 e março de 1985) que reivindicavam o processo de redemocratização do país, eleições diretas, e também a pressão pela criação da Assembleia Nacional Constituinte. Todos estes fatores que naquele momento limitaram a consecução de alguns objetivos do planejamento no Brasil. Cabe considerar ainda os conteúdos dos planos, sempre de cunho macroeconômico, mirando uma constelação de problemas, alguns poucos especificados e. um fator limitante adicional.

6. Em 1985, com a escolha do Presidente pelo Congresso Nacional (eleição indireta), a redemocratização avançou e teve início a "nova república". Assume o Governo Sarney (devido a morte do Presidente eleito Tancredo Neves). Entre 1986 e 1990, nesse governo, em cinco anos, foram aprovados 8 (oito) planos. A incapacidade de solução para os múltiplos problemas do país, em especial a questão inflacionária, estimulou ainda mais, no período, a redução da aceitação do planejamento no Brasil.

7. Ainda no segundo mandato do Presidente Lula (2007-2010), mantinha-se a influência dos princípios e referencias do Plano Real sobre diversas atividades econômicas no Brasil. Nesse período, o governo Lula inicia o Programa de Aceleração do Crescimento- PAC.

OUTROS TEMAS PONTUAIS SOBRE PLANOS NO BRASIL

1. O Plano de Metas, período 1956-60: até o final da década de 1960, este foi o Plano que conseguiu o maior percentual de acerto e concretização das metas estabelecidas no Plano de Governo.

2. Em muitos períodos da vida econômica brasileira, houve uma valorização excessiva do plano e do planejamento no Brasil. Destaque especial cabe ao período do governo militar, de 1964 a 1984.

3. Crises do petróleo: em decorrência das crises do petróleo, especialmente nos anos de referência das crises (1974 e 1979, mais os anos respectivos imediatos) levaram ao surgimento de diversas dificuldades. Em decorrência, podem ser mencionados:

Queda dos investimentos do exterior no Brasil (IED);

b) aumento da taxa de juros internacional;

c) valorização do dólar;

d) aceleração no crescimento da dívida externa brasileira:

1.^a) 1974 - 1^a crise do petróleo, no período do I PND; (Governo Médici)

2.^a) 1979 - 2^a crise do petróleo, no período do III PND. (Governo Geisel)

4. Após 1986:

Com: redemocratização iniciada em 1985 e a posse do Presidente eleito pelo Congresso Nacional (o Vice, José Sarney, assumiu em decorrência da morte do Presidente Tancredo Neves). Ocorre à saída do governo dos militares no Brasil.

5. Governo Sarney (1985-89): sete planos em quatro anos (1986- 89). Todos de curto ou curtíssimo prazo, com resultados aquém do esperado, sem condições de subsistirem ou serem mantidos a médio e longo prazo.

6. Redirecionamento em termos de ambição dos planos:

Do caráter global, amplo, referente a toda a economia, que prevalecia no conteúdo dos planos e que perdurou até 1989, houve uma guinada a partir de 1994. Passou-se então a privilegiar a formulação de planos específicos, focados em questões mais substantivas, com ambição mais limitada, mas nem por isso, menos importante. Um exemplo típico dessa nova fase foi o Plano Real, destinado ao combate da inflação.

7. Após 1994, pode-se afirmar que o Brasil teve apenas um Plano de Governo de fato, e que possibilitou bons resultados: Plano Real, com foco sobre a inflação. Vigência: 1994-2002 durante os dois períodos de governo FHC. Mas que ainda permaneceu no 1.º governo Lula.

8. A viabilização do Plano Real se deu por políticas restritivas, anti-inflacionárias. Num contexto habituado a elevação de preços, protecionismos do governo, falta de competitividade e defasagem tecnológica, a solução buscada foi por: a) elevação de juros; b) valorização cambial da moeda brasileira (Real-R\$), c) contenção das despesas públicas de consumo e de investimentos; d) abertura econômica para gerar um choque de concorrência sobre a estrutura produtiva instalada no Brasil.

9. O governo do período 2003-06 (Governo Lula, 1.º período), continuou a adotar princípios e instrumentos contidos no Plano Real, do governo FHC anterior. Não se identifica um plano de governo elaborado para o 1.º período do Governo Lula, exceto questões pontuais. O que surgiu foram programas muito específicos: bolsa-família, etc.

10. Em relação à elaboração dos planos de governo, no período do regime militar, a maioria dos planos de governo tiveram como principais entidades elaboradoras do Governo federal o Ministério do Planejamento. Incluem-se aí planos elaborados nos governos dos períodos Castelo Branco, Médici, Geisel e Figueiredo.

Em um momento seguinte, logo após o início do processo de abertura política, no governo Sarney, um período de governo com muitos planos governamentais do governo federal, os primeiros planos foram elaborados pelo Ministério do Planejamento como, por exemplo, o I PND da Nova República, em 1985. A partir desse plano, os demais como tiveram como principal órgão responsável na elaboração o Ministério da Fazenda, quando surge o Plano Cruzado.

DESEMPENHO DA INFLAÇÃO E DO PIB NO BRASIL: 1945 a 2018:

Para avaliar a oscilação inflacionária no Brasil e o respectivo desempenho do PIB, apresenta-se abaixo Tabela contendo esses indicadores, a partir de 1945. Para a inflação, os dados até 1984 foram elaborados pela FGV/ Instituto Brasileiro de Economia e, a partir de 1985, os valores passam a ser obtidos via IBGE. Para o PIB, as informações até 1984 foram calculados pela FGV/IBRE e, a partir de 1985, pelo IBGE. Os dados estão na Tabela a seguir.

Tabela 1. Números da Inflação e do PIB no Brasil: 1945-2018

Ano	Inflação anual (%)	Governo			Governo eleito por voto direto?		PIB Preços de 2013(R\$ Milhões)	Variação %
		Presidente	Período		Sim	Não		
	IGP		De	Até				
1945	11,1	Getúlio Vargas	03/11/1930	29/10/1945		X	174.534,88	-
		José Linhares	30/10/1945			X		
1946	22,2	José Linhares		31/01/1946		X	194.780,93	11,60
		E. G. Dutra	31/01/1946		X			
1947	2,7	E. G. Dutra			X		199.455,67	2,40
1948	8,0	E. G. Dutra			X		218.802,87	9,70
1949	12,3	E. G. Dutra			X		235.650,69	7,70
1950	12,4	E. G. Dutra			X		251.674,94	6,80
1951	12,3	E. G. Dutra		31/01/1951	X		264.007,01	4,90
		Getúlio Vargas	31/01/1951		X			
1952	12,7	Getúlio Vargas					283.279,52	7,30
1953	20,5	Getúlio Vargas					296.593,66	4,70
1954	25,9	Getúlio Vargas		24/08/1954	X		319.727,97	7,80
		J. Café Filho	24/08/1954		X			
1955	12,2	J. Café Filho		08/11/1955	X		347.864,03	8,80
		Carlos Luz	08/11/1955	11/11/1955	X			
		Nereu Ramos	11/11/1955		X			
1956	24,6	Nereu Ramos		31/01/1956	X		357.952,09	2,90
		J. Kubitschek	31/01/1956		X			
1957	7,0	J. Kubitschek			X		385.514,40	7,70
1958	24,4	J. Kubitschek			X		427.149,95	10,80
1959	39,4	J. Kubitschek			X		469.010,65	9,80
1960	30,5	J. Kubitschek			X		513.097,65	9,40
1961	47,8	J. Kubitschek		31/01/1961	X		557.224,04	8,60
		J. Quadros	31/01/1961	25/08/1961	X			
		R. Mazzilli	25/08/1961	06/09/1961	X			
		J. Goulart (1)	06/09/1961		X			
1962	51,6	J. Goulart			X		594.000,83	6,60
1963	79,9	J. Goulart			X		597.564,84	0,60
1964	92,1	J. Goulart		01/04/1964	X		617.882,04	3,40
		Castello Branco	15/04/1964			X		
1965	34,2	Castello Branco				X	632.711,21	2,40
1966	39,1	Castello Branco				X	675.102,86	6,70
1967	25,0	Castello Branco		15/03/1967		X	703.457,18	4,20
		Costa e Silva	15/03/1967			X		
1968	25,5	Costa e Silva				X	772.395,98	9,80



Ano	Inflação anual (%)		Governo		Eleito por voto direto?		PIB Preços de 2013 (R\$ Milhões)	Variação %
	IGP	Presidente	Período		Sim	Não		
			De	Até				
1969	19,3	Costa e Silva		31/08/1969		X	845.773,60	9,50
		Junta Militar (2)	31/08/1969	30/10/1969		X		
		E. Médici	30/10/1969			X		
1970	19,3	E. Médici				X	933.734,06	10,40
1971	19,5	E. Médici				X	1.039.646,78	11,34
1972	15,7	E. Médici				X	1.163.784,23	11,94
1973	15,6	E. Médici				X	1.326.350,01	13,97
1974	34,6	E. Médici		15/03/1974		X	1.434.499,77	8,15
		E. Geisel	15/03/1974			X		
1975	29,4	E. Geisel				X	1.508.615,34	5,17
1976	46,3	E. Geisel				X	1.663.355,97	10,26
1977	38,8	E. Geisel				X	1.745.431,42	4,93
1978	40,8	E. Geisel				X	1.832.177,57	4,97
1979	77,2	E. Geisel		15/03/1979		X	1.956.024,72	6,76
		J. Figueiredo	15/03/1979			X		
1980	110,2	J. Figueiredo				X	2.135.978,99	9,20
1981	95,5	J. Figueiredo				X	2.045.199,88	-4,25
1982	99,7	J. Figueiredo				X	2.062.175,04	0,83
1983	211,0	J. Figueiredo				X	2.001.753,31	-2,93
1984	223,9	J. Figueiredo				X	2.109.847,99	5,40

Ano	Inflação anual (%)		Governo		Governo eleito por voto direto?		PIB-Preços de 2013 (R\$ Milhões)	PIB Banco Mundial		Variação %
	IPCA	Presidente	Período		Sim	Não		US\$ bilhões (US\$ de 2010)	US\$ bilhões (Corrente)	
			De	Até						
1985	242,23	J. Figueiredo		15/03/1985		X	2.275.471,06	1.064	223	7,95
		José Sarney	15/03/1985			X				
1986	79,66	José Sarney				X	2.445.903,84	1.149	268	7,99
1987	363,41	José Sarney				X	2.532.244,25	1.190	294	3,60
1988	980,21	José Sarney				X	2.530.724,90	1.189	330	-0,10
1989	1.972,91	José Sarney				X	2.610.695,81	1.228	426	3,28
1990	1.620,97	José Sarney		15/03/1990		X	2.497.130,54	1.190	462	-3,10
		F. Collor	15/03/1990		X					
1991	472,70	F. Collor				X	2.522.888,05	1.208	603	1,51
1992	1.119,10	F. Collor		02/10/1992		X	2.511.108,31	1.202	401	-0,47
		Itamar Franco (4)	02/10/1992		X					



1993	2.477,15	Itamar Franco			X		2.628.255,30	1.258	438	4,67	
1994	916,43	Itamar Franco		31/12/1994	X		2.768.455,90	1.325	558	5,33	
1995	22,41	F.H. Cardoso	01/01/1995		X		PIB IBGE		1.384	769	4,42
							R\$ Bilhões Preços Correntes	Variação %			
							706	-			
1996	9,56	F.H. Cardoso			X		855	2,2	1.414	850	2,21
1997	5,22	F.H. Cardoso			X		952	3,4	1.462	883	3,39

Ano	Inflação anual (%)	Governo			Governo eleito por voto direto?		PIB IBGE		PIB Banco Mundial		
		Presidente	Período		Sim	Não	R\$ Bilhões Preços Correntes	Variação %	US\$ bilhões (US\$ de 2010)	US\$ bilhões (Corrente)	Variação %
	IPCA		Não	Até							
1998	1,66	F.H. Cardoso		31/12/1998	X		1.002	0,3	1.467	864	0,34
1999	8,94	F.H. Cardoso (5)	01/01/1999		X		1.088	0,5	1.474	599	0,47
2000	5,97	F.H. Cardoso			X		1.199	4,4	1.539	655	4,39
2001	7,67	F.H. Cardoso			X		1.316	1,4	1.560	559	1,39
2002	12,53	F.H. Cardoso		31/12/2002	X		1.489	3,1	1.608	508	3,05
2003	9,30	Lula da Silva	01/01/2003		X		1.718	1,1	1.625	558	1,14
2004	7,60	Lula da Silva			X		1.958	5,8	1.720	669	5,76
2005	5,69	Lula da Silva			X		2.171	3,2	1.775	892	3,20
2006	3,14	Lula da Silva		31/12/2006	X		2.409	4,0	1.845	1.108	3,96
2007	4,46	Lula da Silva (6)	01/01/2007		X		2.720	6,1	1.957	1.397	6,07
2008	5,90	Lula da Silva			X		3.110	5,1	2.057	1.696	5,09
2009	4,31	Lula da Silva			X		3.333	-0,1	2.054	1.667	-0,13
2010	5,91	Lula da Silva		31/12/2010	X		3.886	7,5	2.209	2.209	7,53
2011	6,50	Dilma Rousseff	01/01/2011		X		4.376	4,0	2.297	2.616	3,97
2012	5,84	Dilma Rousseff			X		4.815	1,9	2.341	2.465	1,92
2013	5,91	Dilma Rousseff			X		5.332	3,0	2.411	2.473	3,00
2014	6,41	Dilma Rousseff		31/12/2014	X		5.779	0,5	2.423	2.456	0,50
2015	10,67	Dilma Rousseff	01/01/2015		X		5.996	-3,5	2.337	1.802	-3,55
2016	6,29	Dilma Rousseff		31/08/2016	X		6.267	-3,3	2.260	1.796	-3,31
		Michel Temer	31/08/2016		X						
2017	2,95	Michel Temer			X		6.554	1,1	2.284	2.054	1,06
2018	3,75	Michel Temer		31/12/2018	X		6.828	1,1	-	-	-
2019	-	Jair Bolsonaro	01/01/2019		X		-	-	-	-	-



AS MOEDAS NO BRASIL

O chamado fenômeno inflacionário no Brasil, em diferentes momentos e circunstâncias, gerou uma elevação de preços de tal ordem que levou à deterioração na credibilidade do poder aquisitivo da moeda nacional. As providências para o combate à inflação adotadas pelas autoridades monetárias foram acompanhadas de alteração do padrão monetário que, por si só, sabia-se que era insuficiente para exterminar o mal inflacionário. A criação de uma nova moeda identificava um instrumento de alteração institucional de cunho monetário. A nova moeda, onde cada unidade representava um valor elevado em relação à moeda anterior, também era uma forma de, no curto prazo, induzir os agentes econômicos à sensação de valorização da moeda nacional. Ao longo do tempo, após cada alteração no padrão monetário, ocorria o retorno da inflação, com maior intensidade. Isso ajuda a explicar o grande número de alterações no padrão monetário brasileiro. A Tabela a seguir, apresenta os diferentes padrões monetários que já vigoraram no Brasil. Atualmente, 2019, o Real é a moeda com maior tempo de vigência no país.

Histórico das Alterações da Moeda Nacional (*)

Plano Econômico	Moeda Vigente	Símbolo	Vigência	Fundamento Legal	Equivalência
-	Real	R	Período colonial até 07.10.1833	Alvará s.n., de 01.09.1808	R 1\$2000 = 1/8 de ouro de 22K
-	1 000 reais	Rs	08.10.1833 a 31.10.1942	Lei nº. 59, de 08.10.1833	Rs 2\$500 = 1/8 de ouro e 22K
-	Cruzeiro	Cr\$	01.11.1942 a 30.11.1964	Decreto-Lei nº. 4.791, de 05.10.1942	Cr\$ 1,00 = Rs 1\$000 (um cruzeiro é igual a mil-réis)
-	Cruzeiro (eliminados os centavos)	Cr\$	01.12.1964 a 12.02.1967	Lei nº. 4.511, de 01.12.1964	Cr\$ 1 = Cr\$ 1,00
-	Cruzeiro Novo: volta o Centavo	NCr\$	13.02.1967 a 14.05.1970	Decreto-Lei nº 1, de 13.11.1965	Ncr\$ 1,00 = Cr\$ 1.000
-	Cruzeiro	Cr\$	15.05.1970 a 14.08.1984	Resolução nº. 144, de 31.03.1970, do BC	Cr\$ 1,00 = Ncr\$ 1,00
-	Cruzeiro, com eliminação dos centavos	Cr\$	15.08.1984 a 27.02.1986	Lei nº. 7.214, de 15.08.1984	Cr\$ 1 = Cr\$ 1,00
Cruzado I - fevereiro/1986 Cruzado II - Junho/1987	Cruzado	Cz\$	28.02.1986 a 15.01.1989	Decreto-Lei nº. 2.283, de 27.02.1986	Cz\$ 1,00 = Cr\$ 1.000
Verão I - janeiro/1989 Verão II - Maio/1989	Cruzado Novo	NCz\$	06.01.1989 a 15.03.1990	Medida Provisória nº. 32 de 15.01.1989, convertida na Lei nº. 7.730, de 31.01.1989	NCz\$ 1,00 = Cz\$ 1.000,00
Color I - março/1990 Color II - Janeiro/1991	Cruzeiro	Cr\$	16.03.1990 a 31.07.1993	Medida Prov. nº. 168, de 15.03.1990, convertida na Lei nº. 8.024, de 12.04.1990	Cr\$ 1,00 = NCz\$ 1,00
Transição para o Real Agosto/1993	Cruzeiro Real	CR\$	01.08.1993 a 30.06.1994	Medida Prov. nº. 336, de 28.07.1993, convertida na Lei nº. 8.697, de 27.08.1993, e Resolução nº. 2.010 de 28.07.1993, do BC.	CR\$ 1,00 = Cr\$ 1.000,00
Real - Julho/1994	Real	R\$	Desde 01.07.1994	Leis nº. 8.880, de 27.05.1994 e nº. 9.069, de 29.06/1995	R\$ 1,00 = CR\$ 2.750,00

(*) Os dados da Tabela 8 têm como fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas/Departamento de Índices de Preços. In: www.ibge.gov.br. Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor- Métodos de Cálculo- 5.ª ed. p.72 (consulta em 05.07.2007).

Publicação da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná - Fecomércio PR

Rua Visconde do Rio Branco, 931 - 6º andar | www.fecomercio.pr.com.br

Presidente do Sistema Fecomércio Sesc Senac PR Darci Piana

Diretor Superintendente: Eduardo Luiz Gabardo Martins

Elaboração: Assessoria Econômica da Fecomércio - PR

Diagramação: Thais Lourenço Cecon

